



ESPAÇO DAS ÁGUAS

Rio Grande do Norte dá início à cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos nas águas estaduais



No último dia 27 de novembro, o Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) emitiu o primeiro boleto referente à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio estadual. Em ato simbólico, demonstrando o consenso construído no âmbito do Estado entre atores públicos e privados, com atuação permanente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a primeira cobrança foi gerada para a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) no valor de R\$ 654.215,69.

A instituição do instrumento de gestão hídrica no Estado nordestino contou com a parceria da ANA, que ofereceu apoio técnico, institucional e político ao longo do processo. A emissão do primeiro boleto para o Rio Grande do Norte representa um significativo avanço na gestão dos recursos hídricos do Estado. Sob a liderança do secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Varella, a iniciativa

estimulará o uso racional da água e gerará recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais onde existe a cobrança.

O Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) estruturou os processos operacionais necessários ao cálculo dos valores devidos e à geração dos boletos. Essa etapa aconteceu logo após a publicação em 2023 do Decreto nº33.286, de 26 de dezembro de 2023, assinado pela governadora do Rio Grande do Norte e professora, Fátima Bezerra.

Os recursos alcançados com a cobrança serão revertidos para a consolidação e manutenção do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, fortalecendo os Comitês, o Conselho e o Órgão Gestor e viabilizarão a implementação dos Planos de Recursos Hídricos na região.

A instituição do instrumento de

gestão no Estado é fruto de uma construção conjunta entre os órgãos gestores, que contou com a atuação permanente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, através da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e às Agências Infranacionais de Regulação do Saneamento Básico (SAS/ANA).

Foram muitas etapas até a emissão da cobrança. Os atores envolvidos realizaram diversos encontros para discutir mecanismos e preços e validar propostas de normativos, que passaram pelo debate em fóruns da sociedade e pela Assembleia Legislativa, encerrando o ciclo com a definição de processos de trabalho para a operacionalização do instrumento.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)



Discussão sobre cobrança pelo uso da água avança na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu



A implementação da cobrança pelo uso da água bruta na Bacia do Piancó-Piranhas-Açu foi tema central de uma série de reuniões públicas realizadas nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Os encontros, promovidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), aconteceram nos municípios de Assu/RN (23 de janeiro), São Bento/PB (12 de fevereiro) e Sousa/PB (13 de fevereiro). O objetivo foi ampliar o diálogo com os usuários e esclarecer dúvidas sobre a proposta.

Durante a reunião em Assu, o presidente do CBH PPA, Ricardo Ramalho, destacou a importância da cobrança como um instrumento de gestão prevista na Lei nº 9.433, visando garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos.

“Essas reuniões permitem que possamos esclarecer a população sobre o processo e acolher suas sugestões. Nosso compromisso é tornar esse debate o mais democrático e transparente possível”, afirmou Ramalho.

No encontro em São Bento, Marco Antônio Amorim, representante da ANA, ressaltou que sete das dez bacias hidrográficas federais do Brasil já adotam a cobrança, evidenciando seu impacto

positivo na gestão dos recursos hídricos. “A experiência de outras bacias tem demonstrado que a cobrança possibilita investimentos estruturantes e fortalece a governança da água”, destacou.

A discussão prosseguiu em Sousa, onde foi reforçado que a arrecadação oriunda da cobrança será destinada à própria bacia, sendo utilizada em projetos de saneamento, irrigação e outras iniciativas que assegurem a sustentabilidade hídrica da região.

Com a conclusão dessas três reuniões, a minuta da proposta será analisada em plenária marcada para março de 2025. Caso aprovada, a cobrança entrará em vigor a partir de 2027. “Ainda temos um caminho a percorrer, mas estamos dando passos importantes para assegurar uma gestão eficiente e sustentável da água na bacia”, concluiu Ricardo Ramalho.





“Cobrança pelo uso da água é um direito do Comitê, não uma escolha”, destaca representante da ANA



No dia 13 de fevereiro foi realizada no IFPB de Sousa/PB a terceira e última reunião pública para discutir a implementação da cobrança pelo uso da água bruta na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu. As duas reuniões anteriores ocorreram em Assu/RN e em São Bento/PB. O encontro contou com a presença de Marco Antônio Amorim, representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), além de autoridades locais e membros do Comitê da Bacia.

Durante sua fala, Amorim enfatizou o papel deliberativo do Comitê da Bacia, destacando que a entidade tem autonomia para determinar a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água. “O comitê não vai pedir bênção para ninguém, ele tem o direito de definir onde serão aplicados os recursos”, afirmou.

Ele também ressaltou que a ANA desempenha um papel fundamental na articulação com os comitês para a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Segundo Amorim, entre os dez comitês instituídos pela Presidência da República, sete já implementaram o modelo de cobrança. “A primeira experiência ocorreu em 2003, e desde então temos avançado nessa questão”, explicou.

O representante da ANA também

destacou o aumento dos conflitos pelo uso da água, impulsionados pelo crescimento populacional, expansão da produção e a chegada de novos setores econômicos em regiões antes pouco exploradas. Ele citou o caso da instalação da Coca-Cola em Belo Horizonte/MG, onde a captação de água subterrânea gerou impactos na disponibilidade de água para comunidades vizinhas.

Outro ponto abordado foi a influência das mudanças climáticas sobre o regime de chuvas. “Eu me lembro de como era o regime de chuvas em Belo Horizonte anos atrás. Hoje, está completamente diferente, com chuvas intensas e espaçadas. Precisamos nos preparar para essa nova realidade”, afirmou Amorim.

Ele também explicou que, desde a aprovação da Lei das Águas (Lei 9.433/1997), o conceito de gratuidade do uso da água foi superado. “O Congresso definiu que a partir da implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o uso da água deve ser cobrado. Quem utiliza precisa solicitar autorização e retribuir em forma de cobrança”, destacou.

Por fim, Amorim reforçou a

importância do Comitê da Bacia como um “parlamento das águas”, dado seu papel essencial na gestão dos recursos hídricos e na resolução de conflitos locais. “A sociedade deve confiar no Comitê, pois é ele quem está mais próximo dos problemas e pode agir de forma mais eficaz”, concluiu.





Setecentos quilos de resíduos sólidos são retirados do Rio Piranhas-Açu, no município de Assú/RN



Garrafas pet e de vidro, fraldas descartáveis, sacolas plásticas, tampinhas e papelão foram alguns dos itens retirados das margens do Rio Piranhas-Açu, no município de Assú – Rio Grande do Norte. A ação fez parte de um mutirão de limpeza promovido pelo Projeto Vale Sustentável e contou com o apoio do 28º Grupo de Escoteiros Nossa Senhora das Vitórias.

O Vale Sustentável tem como entidade executora a Associação Norte-Rio-Grandense de Engenheiros Agrônomos (ANEA), em parceria com a Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental.

O Rio Piranhas-Açu enfrenta problemas como poluição, desmatamento das margens e uso inadequado dos recursos hídricos.

A preservação do rio exige políticas públicas eficazes e o engajamento da sociedade na busca por soluções sustentáveis. O mutirão contou com o empenho de 14 voluntários que recolheram 700 quilos de resíduos sólidos, o material

segue para a destinação correta.

O coordenador geral do projeto, Elisângelo Fernandes destaca a importância de conscientizar a sociedade sobre a preservação de rios e mares.

“O rio é uma das principais fontes de abastecimento de água para a população local, especialmente em áreas que sofrem com a escassez hídrica. Suas águas são captadas para consumo humano, irrigação agrícola e atividades industriais. Além disso, o rio alimenta barragens e usinas hidrelétricas que contribuem para a geração de energia na região. É habitat para diversas espécies de fauna e flora, algumas das quais endêmicas, colaboram para a conservação da biodiversidade regional. Também mantém ecossistemas como matas ciliares, que são essenciais para a proteção do solo e a regulação do clima local. Neste contexto, é fundamental mantê-lo limpo e preservado”, afirmou.

O Rio Piranhas-Açu não é

apenas um recurso natural é um agente estruturante para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região.





RN e Estados Nordestinos discutem Segurança Hídrica em Seminário Internacional



O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Instituto de Gestão das Águas (Igar), realizou o curso “Reúso da Água”. O evento ocorreu na sala de reuniões da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh).

A capacitação foi conduzida por Robson Henrique da Silva, Coordenador de Meio Ambiente e Saneamento da Semarh; Fabrício Edino Jales, Engenheiro Agrônomo do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (Seapac); e Herika Cavalcante, professora adjunta do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UFRN.

A abertura do curso foi realizada, a distância, pelo diretor-presidente do Igar, Paulo Sidney, que falou sobre o programa de capacitações realizado pelo órgão. “Esse curso faz parte do programa de capacitação do Igar. É o último curso deste ano e numa temática muito relevante para a gestão de recursos hídricos. Nós temos que avançar nessa temática do uso racional e do reúso da água. Esperamos que esse curso seja o impulso, a mola propulsora, para que comecemos em 2025, a desenvolver experiências concretas, incluindo essa temática tão estratégica na gestão de recursos hídricos do RN”, disse.

O secretário adjunto da Semarh, Auricélio Costa, destacou a importância

do tema. “O reúso de águas é uma das alternativas mais importantes para a ampliação da irrigação agrícola. Transformar o efluente, atualmente considerado poluente, em água tratada e adequada para o uso é essencial para evitar a poluição dos nossos corpos hídricos e promover o aumento das áreas irrigadas. A meta do Governo é assegurar que toda a água e efluente gerado possam ser utilizados de maneira adequada”, afirmou.

Em seguida, Robson Henrique da Silva falou sobre as iniciativas do Governo do RN para regulamentar a política de reúso. “Estamos avançando na padronização dos parâmetros e condições para o lançamento de efluentes tratados. A primeira etapa é estabelecer uma uniformização, e em breve teremos resoluções específicas para usos industriais, agrícolas e florestais. Com isso, a regulamentação completa da política será possível”, explicou.

Fabrício Edino Jales, Engenheiro Agrônomo do Seapac, abordou o reúso da água sob a ótica da saúde pública. “O reúso elimina o esgoto a céu aberto nas unidades familiares, o que já é um grande avanço ao reduzir focos de mosquito e melhorar a saúde das famílias. Além disso, o reúso possibilita a produção de água e, conseqüentemente, a produção

de alimentos em grande quantidade, promovendo a geração de renda e a segurança alimentar”, afirmou.

Herika Cavalcante, professora adjunta da UFRN, ressaltou a importância da colaboração entre as universidades e o governo para a implementação eficaz da política de reúso. “O RN tem avançado com comissões dedicadas ao tema e a universidade, junto a outras instituições, têm desenvolvido pesquisas para apoiar esse processo. As pesquisas englobam tanto o reúso em comunidades rurais quanto em áreas urbanas, e é fundamental que compartilhem resultados e alinhemos as ações para garantir uma maior visibilidade e implementação efetiva no estado”, completou.

Magda Maria Guilhermino, veterinária e professora titular da UFRN na área de Ciências Agrárias, participou do curso e fez um elogio à capacitação. “O curso foi excelente, com palestrantes qualificados. O tema precisa ser mais divulgado e a sociedade precisa ser envolvida. Devemos trabalhar por políticas públicas urgentes para o reúso da água, tanto nas áreas urbanas quanto para a agricultura familiar e as grandes indústrias, que, inclusive, deveriam ser obrigadas por lei a adotar práticas de reúso”, concluiu.



Debate em São Bento/PB levanta preocupações sobre impactos da cobrança pelo uso da água bruta na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu



Após a apresentação do representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), Marco Antônio Amorim, durante a reunião pública em São Bento/PB, foi aberto o debate entre os participantes, trazendo à tona preocupações sobre os impactos da cobrança pelo uso da água bruta, especialmente para pequenos produtores e o setor de saneamento.

Representando a FAEPA/PB, Jair Correia Santos destacou que, enquanto no Rio Grande do Norte há isenções para pequenos produtores e determinados setores, na Paraíba a cobrança já inicia em um patamar mais elevado. Ele alertou para o risco de inviabilizar atividades de produtores

que já operam no limite financeiro. “A Petrobras consegue pagar, mas aquele pequeno que já está no vermelho, que muitas vezes enfrenta adversidades, pode ser muito prejudicado”, ponderou.

Já o representante da CAGEPA, Wallace Medeiros, levantou preocupações sobre a metodologia de definição das tarifas. Ele lembrou que, durante sua atuação na Câmara Técnica, o objetivo era estipular valores com base nas ações do plano de recursos hídricos, mas que a ANA sempre resistiu a esse modelo. Medeiros questionou a falta de estrutura de saneamento na região e a dificuldade de captar investimentos necessários

para melhorias. “Menos de 10% das cidades possuem coleta e tratamento de esgoto implantados. Para estruturar todo o saneamento da Paraíba, precisaríamos de mais de R\$ 2 bilhões. Não será com o recurso da cobrança que isso será resolvido”, argumentou.

O debate evidenciou diferentes pontos de vista sobre a implementação da cobrança, reforçando a necessidade de ajustes e maior diálogo para garantir que a medida não penalize pequenos produtores e contribua efetivamente para a melhoria da gestão hídrica na região.

Presidente do CBH PPA discute implementação de ações de educação ambiental

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), Ricardo Ramalho, participou de uma reunião com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para discutir a implementação das ações de educação ambiental previstas no plano de bacia. Durante o encontro, ele enfatizou a necessidade de alinhar essas iniciativas com

os órgãos gestores estaduais e sugeriu a realização de oficinas e cursos sobre temas relevantes para a bacia, além de estabelecer parcerias com universidades e institutos para ampliar o acesso à capacitação.

Ramalho também propôs a criação de um grupo de trabalho específico para avançar com essa agenda após a implementação da cobrança pelo

uso da água no comitê. Ele destacou que há profissionais qualificados dentro do CBH PPA que podem contribuir para o desenvolvimento dessas ações, garantindo um planejamento mais eficiente e direcionado às demandas da região.



Membros do CBH PPA debatem impactos e desafios da cobrança pelo uso da água em reunião pública em Sousa/PB



Na reunião pública realizada no dia 13 de fevereiro de 2025 em Sousa/PB, membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) participaram ativamente do debate sobre a implementação da cobrança pelo uso da água bruta na região. O encontro foi a terceira e última etapa de discussões, que já haviam sido realizadas em Assu/RN e em outra reunião em São Bento/PB.

Durante a reunião, Michel Ângelo, representante do Distrito de Irrigação do Baixo Açu (DIBA), expressou preocupações do setor produtivo, especialmente os criadores de camarão, sobre como a cobrança será aplicada na captação de água salgada e na devolução de água tratada ao rio. Ele destacou que os produtores já enfrentam desafios financeiros significativos e que

os valores propostos para a cobrança poderiam impactar fortemente o setor.

Marcilio Torres, também da DIBA, reforçou a necessidade de um equilíbrio na cobrança, destacando que, no fim das contas, são os usuários que arcam com os custos. Ele mencionou exemplos de cobrança em outros estados e sugeriu mecanismos para tornar os valores mais acessíveis, evitando impactos excessivos sobre os produtores rurais e industriais.

Lucas Tavares, criador de camarão, ressaltou que, apesar do setor reconhecer a importância da cobrança, é essencial avaliar os impactos financeiros para os produtores. Ele questionou se a qualidade da água devolvida ao rio seria levada em consideração na definição dos valores cobrados.

Geni Formiga, representante da CAERN, esclareceu que o funcionamento do comitê depende dos recursos arrecadados e que a estrutura de custos precisa ser bem definida para garantir a viabilidade das ações do CBH PPA. Ela defendeu que todas as sugestões e contrapropostas sejam documentadas para análise técnica.

Fernando Gomes, presidente do Sindicato Rural de Pombal/PB, enfatizou a importância da organização dos produtores para apresentar uma proposta clara e documentada. Ele alertou para o aumento da carga tributária e de custos sobre o setor agropecuário e reforçou a necessidade de um debate bem estruturado para garantir uma cobrança justa.

AESA realiza capacitação sobre Monitoramento Hidrometeorológico

A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) realizou, no dia 10 de dezembro de 2024, uma capacitação virtual sobre o monitoramento hidrometeorológico do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). O curso foi ministrado por Wellington Antonio Barbosa e Lindenberg Lucena da Silva, abordando a importância da gestão hídrica na região. A iniciativa integrou o Plano de Capacitações 2024 da AESA e contou com a participação de diversos profissionais do setor.



CBH PPA apresenta minuta da cobrança pelo uso da água na Bacia Piancó-Piranhas-Açu



Durante a 12ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), realizada no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó, foi apresentada a minuta de deliberação sobre os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia. A apresentação foi conduzida por Nelson César Fernandes Santos, coordenador da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI), seguida de debates entre os participantes.

A proposta prevê três reuniões públicas, marcadas para janeiro e fevereiro de 2025, com o objetivo de coletar contribuições dos usuários dos setores público, privado

e da sociedade civil. A primeira reunião acontecerá no dia 23 de janeiro, em Assu/RN, seguida por encontros em São Bento/PB, no dia 12 de fevereiro, e no Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB, em 13 de fevereiro.

Nelson César destacou que a consulta pública é essencial para democratizar o processo e esclarecer dúvidas da população sobre a cobrança, como quem será responsável pelo pagamento e os valores envolvidos. A expectativa é que a proposta seja votada na plenária de março de 2025 e, posteriormente, enviada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para validação.

Ricardo Ramalho, presidente do

CBH PPA, enfatizou a importância da participação pública no amadurecimento do debate. “Esperamos que, com as reuniões e consultas públicas, possamos aprimorar essa discussão, garantindo que todos entendam a relevância desse instrumento para a gestão de recursos hídricos na bacia”, afirmou.

A cobrança pelo uso da água visa promover uma gestão sustentável dos recursos hídricos, mas ainda suscita muitas dúvidas entre os usuários. A realização das reuniões públicas é vista como uma oportunidade para esclarecer questionamentos e alinhar o processo às necessidades da região.

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) celebra 25 anos de gestão e regulação das águas no Brasil

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) comemorou, no dia 19 de dezembro de 2025, seus 25 anos de atuação na regulação e gestão dos recursos hídricos do país. Criada em 2000, a ANA desempenha um papel essencial na administração das águas de domínio da União, garantindo um uso equilibrado e sustentável para abastecimento, irrigação, geração de energia, navegação

e outros setores. Para marcar a data, foram realizadas diversas atividades comemorativas, incluindo seminários, palestras e campanhas de conscientização sobre a importância da preservação da água e do saneamento básico.

Como parte da celebração, a ANA lançou um selo comemorativo e o slogan “As águas conectam e o saneamento

transforma”, reforçando a interdependência entre a gestão hídrica e a infraestrutura de saneamento. Além de lembrar os desafios superados e conquistas ao longo de sua trajetória, a agência destacou seu compromisso com a inovação e a segurança hídrica para o futuro do Brasil.



Seridó: Governadora do RN celebra entrega da obra de recuperação da Barragem Passagem das Traíras



Um presente de Natal para a população seridoense. A barragem Passagem das Traíras, um dos mais importantes reservatórios hídricos do Rio Grande do Norte, está recuperado para abastecer, irrigar, promover a criação de peixes e prevenir as cheias na região. No dia 23 de dezembro de 2024 a governadora Fátima Bezerra participou da solenidade oficial para a retomada das atividades da represa, localizada no município de Jardim do Seridó.

A entrega da obra ocorre após a realização da última etapa de concretagem da parede do Complexo Hidrossocial de Oiticica, em Jucurutu, e integra-se ao processo de recuperação de 28 barragens empreendido pelo Governo do Estado. Fátima Bezerra definiu a recuperação da represa como histórica e fundamental para a segurança hídrica da população do Seridó, diante das dificuldades encontradas pelo Governo do Estado para a reforma.

“Estamos concretizando um sonho e fechando um ciclo histórico de alguém que veio do Seridó e que conhece a seca de perto. De alguém que lutou ainda como senadora para lutar pela segurança desta barragem que precisava de uma recuperação urgente. Quando assumi a gestão em 2019, defini esta obra como absolutamente prioritária

e determinei a realização de estudos e a elaboração do projeto de recuperação da barragem. Porque sabíamos dos danos estruturais identificados pela Agência Nacional das Águas. Levei o laudo até o ministro do Desenvolvimento Regional Gustavo Canuto e apelei, mostrando que a situação era crítica. Felizmente ele, em conjunto com o DNOCS, atendeu nosso pleito e viabilizou os recursos para a recuperação da barragem”, detalhou a governadora.

Para a concretização da obra, a governadora frisou o papel fundamental do presidente Lula: “Ele determinou ao ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes e ao DNOCS que executassem a obra e a entregasse ainda neste ano para o povo do Seridó. Nunca desistimos e estamos dando este presente ao povo seridoense”, declarou emocionada, em ato que definiu como histórico e fundamental para a segurança hídrica do Seridó.

A barragem foi construída no leito do Rio Seridó em 1994, durante o governo de Vivaldo Costa para reforçar o abastecimento nas cidades de Caicó, Jardim do Seridó e São José do Seridó com capacidade para acumular 49,7 milhões de metros cúbicos. Além disso, é

utilizada para irrigação, criação de peixes e defesa contra cheias no Seridó.

A estrutura da barragem estava há anos sem intervenções na estrutura. Em 2015, a Agência Nacional de Águas (ANA) constatou problemas físicos na barragem, colocando o reservatório em situação de alerta diante do risco de rompimento, e determinado que o volume de água não poderia ultrapassar 6% da capacidade. Os serviços executados contemplaram a infraestrutura da barragem e substituição de todos os equipamentos hidromecânicos com valor total de R\$ 23,9 milhões.

Acompanharam a entrega da obra de recuperação da barragem Passagem das Traíras, o vice-governador Walter Alves, a senadora Zenaide Maia; o deputado federal Fernando Mineiro; os deputados estaduais Francisco do PT, Vivaldo Costa e Divaneide Basílio; o secretário de Recursos Hídricos, Paulo Varela; o diretor do IGARN, Paulo Sidney; o prefeito de Jardim do Seridó, Amazan; o prefeito de Caicó, Doutor Tadeu; o prefeito de Currais Novos, Odon Jr.; o prefeito de Timbaúba dos Batistas, Ivanildo Albuquerque Jr.; o diretor do Diocesano de Jardim do Seridó, padre Édson e o superintendente da CBTU, João Maria Cavalcanti.



V ECOB RN debate desafios e avanços na gestão das águas



O V Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Norte (ECOB RN) foi realizado nos dias 27 e 28 de novembro, reunindo gestores públicos, pesquisadores e representantes da sociedade civil para debater a gestão sustentável dos recursos hídricos. Organizado pelo Fórum Potiguar de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH) em parceria com o Governo do Estado, o evento teve como um de seus momentos principais a posse dos Conselheiros do Comitê da Região Hidrográfica Potengi, o mais recente do estado.

Durante o encontro, Giordano Carvalho, coordenador da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), explicou que a cobrança pelo uso da água bruta não se trata de um imposto, mas de um mecanismo para financiar a recuperação das bacias hidrográficas e incentivar o uso racional dos recursos hídricos. Ele destacou que os valores arrecadados são reinvestidos

em projetos que beneficiam a própria bacia, garantindo maior sustentabilidade e eficiência na gestão da água.

Outro tema abordado foi a modernização da gestão hídrica por meio da digitalização dos sistemas de informação. O professor Alex Feitosa, da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), ressaltou a importância da integração dos sistemas estaduais e nacionais para garantir maior transparência e acessibilidade dos dados. Segundo ele, a tecnologia pode auxiliar na tomada de decisões e no planejamento das políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos.

No segundo dia do evento, foram apresentadas experiências exitosas na cobrança pelo uso da água em outros estados. Aridiano Belk, do Ceará, compartilhou o modelo cearense, que arrecada cerca de R\$ 200 milhões anuais para a manutenção da estrutura

dos comitês de bacias, destacando a importância de uma implementação gradual e adaptada à realidade local. Já Alfredo Nogueira, da Paraíba, relatou os desafios e avanços na implantação da cobrança no estado vizinho, reforçando a necessidade de diálogo com os usuários para garantir a aceitação do processo.

Encerrando o evento, o secretário da SEMARH, Paulo Varela, ressaltou a importância do ECOB RN para fortalecer a governança hídrica no estado, destacando que o futuro da gestão da água depende da participação ativa dos comitês e da sociedade. O diretor-presidente do Igarn, Paulo Sidney, reforçou o compromisso do órgão em promover uma gestão transparente e eficiente, alinhando as práticas locais às políticas públicas nacionais e internacionais de sustentabilidade hídrica.



Seridó: Governadora Fátima acompanha última etapa da concretagem da parede da Barragem de Oiticicas



No dia 18 de dezembro, a governadora Fátima Bezerra esteve em Oiticica e acompanhou a última etapa do trabalho de concretagem da parede, marcando assim o fim das obras do reservatório, o segundo de grande porte construído na Bacia Hidrográfica Piranhas/Açu.

“O Rio Grande Norte, especialmente o Seridó, sabe o que realmente significa essa obra para a dignidade, para o bem-estar das pessoas, para o desenvolvimento da região. Confesso que estou emocionada. Volto a repetir: este momento é para ficar na história”, disse a governadora Fátima Bezerra.

O projeto de construção de um reservatório para barrar as águas das chuvas durante o inverno e perenizar o Rio Piranhas é antigo. Tem mais de 70 anos. A obra, no entanto, foi iniciada em 26 de junho de 2013. Ao longo do tempo, o projeto passou por mudanças atendendo aos pleitos de moradores. Uma delas foi a construção

das agrovilas, não previstas no projeto original, para abrigar as famílias que moram nas áreas alagáveis.

“Oiticica não é apenas uma obra de concreto armado, de cimento, pedra e aço. É mais do que isso: é um complexo com largo alcance social. Temos as agrovilas, a comunidade Nova Barra de Santana, as obras complementares. Aqui começa um novo ciclo não apenas para Oiticica ou para o Seridó, mas para o desenvolvimento do nosso estado”, reforçou Fátima.

Com capacidade para de 598 milhões de m³, inundando uma área de 8.000 hectares, o reservatório integra o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). Para o secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Paulo Varela, Oiticica tem grande relevância para a região do Seridó, por se tratar de uma região susceptível ao processo de desertificação.

“Hoje nós estamos assistindo a história em movimento, hoje demos um passo decisivo para a materialização da segurança hídrica do Rio Grande do Norte. Nessas áreas do Semiárido é preciso armazenar água para que possamos transportá-la no tempo. E é o que estamos fazendo no Projeto Seridó, um intrincado conjunto de adutoras que vai distribuir essa água para as cidades da região. Oiticica abre uma nova página e projeta novo horizonte para o povo do Seridó e para o Rio Grande do Norte como um todo. Esta é uma obra diferente. Estamos vendo aqui uma nova forma de fazer barragens no Brasil”, disse Paulo Varela.

A segurança hídrica faz parte das prioridades do governo do RN e foram incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-3). Além da Barragem Oiticica, também estão em andamento o Ramal do Apodi, que vai levar água da transposição para o Oeste Potiguar, e o sistema adutor do Seridó.



ANA e Fórum de Comitês de Bacias realizam pesquisa para implementar ações de capacitação de Educação Ambiental relacionadas à gestão da água

O Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), iniciou uma pesquisa para compreender a estrutura, os interesses e as condições dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) em todo o Brasil.

A iniciativa tem por objetivo subsidiar a formulação de proposição de documento orientador para o planejamento e desenvolvimento de ações de educação ambiental (EA) e capacitação no âmbito de um comitê de bacia hidrográfica (CBH), visando a implementar os instrumentos da

Política Nacional de Recursos Hídricos e contribuir para a mobilização social e a participação na gestão de recursos hídricos. Os interessados em participar têm até 28 de fevereiro para responder ao questionário.

O conhecimento sobre a atual realidade de cada CBH ajudará a ANA e o FNCBH a direcionar esforços e oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento de ações de educação ambiental (EA) e capacitação no âmbito de um comitê de bacia hidrográfica. A pesquisa será um diagnóstico importante para o planejamento das ações de

capacitação do Encontro Nacional de Comitês de Bacias (ENCOB) de 2025, além de orientar as futuras ações nos comitês em todo o país.

A participação de todos os envolvidos nos CBHs é essencial para garantir um diagnóstico preciso e completo. O tempo para responder ao questionário é curto, mas a contribuição de cada um tem um impacto significativo na gestão dos recursos hídricos e no fortalecimento da gestão participativa.

Capacitação sobre Segurança de Barragens é realizada em Assú/RN

No dia 13 de dezembro de 2024, o Instituto de Gestão das Águas do RN (Igarn), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea-RN), promoveu uma capacitação sobre Segurança de Barragens na Inspeção Regional do Crea-RN, em Assú. O evento fez parte do programa Capacita Crea Mútua e reuniu servidores

municipais, engenheiros e técnicos para discutir diretrizes normativas, inspeção e avaliação de segurança de barragens.

A programação contou com palestras da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e do Consórcio K & S, abordando a Política Nacional de

Segurança de Barragens (PNSB), métodos de análise e medidas preventivas para minimizar riscos. A iniciativa reforçou a importância da capacitação técnica para a gestão segura das barragens no estado, contribuindo para a mitigação de riscos e o aprimoramento das práticas de monitoramento.

CBH PPA discute ações de educação ambiental para a Bacia do Piancó-Piranhas-Açu

No dia 6 de fevereiro de 2025, o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), Ricardo Ramalho, participou de uma reunião de planejamento e capacitação com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O encontro teve como foco a implementação de ações de educação ambiental na bacia, destacando a importância da sensibilização da população para a preservação dos recursos hídricos. Foram discutidas iniciativas como oficinas, cursos e minicursos para

capacitar técnicos e gestores da região.

Durante a reunião, Ramalho enfatizou a necessidade de alinhar essas ações com os órgãos gestores estaduais e de estabelecer parcerias estratégicas com universidades e institutos, como o ProfÁgua, para ampliar o acesso à capacitação. Ele ressaltou que o fortalecimento da educação ambiental é essencial para garantir a gestão sustentável da água na bacia e fomentar pesquisas acadêmicas voltadas para as demandas locais.

Além disso, foi proposta a criação de um grupo de trabalho específico para acompanhar e impulsionar essa agenda após a fase de implementação da cobrança pelo uso da água. Ramalho destacou que a participação ativa do comitê será fundamental nesse processo e reforçou o compromisso de tornar a educação ambiental um pilar central da governança hídrica da região.



Comitê da Bacia Piancó-Piranhas-Açu encerra série de reuniões públicas sobre cobrança pelo uso da água



No último dia 13 de fevereiro foi realizada no IFPB de Sousa, na Paraíba, a terceira e última reunião pública para discutir a implementação da cobrança pelo uso da água bruta na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu. O evento contou com a presença de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), Distrito de Irrigação do Baixo Açu (DIBA), Distrito de Irrigação do Perímetro irrigado Várzeas de Sousa (DPIVAS), AESA, CAERN, Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA), além de diversas entidades, irrigantes e usuários da bacia.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, Ricardo Ramalho, destacou que a cobrança pelo uso da água é um instrumento essencial para a gestão hídrica e que a proposta tem sido debatida há anos dentro do comitê. Segundo ele, dos dez comitês de bacias hidrográficas federais existentes no Brasil, apenas três ainda não adotaram essa medida, sendo que dois deles foram recentemente criados. “Nosso comitê já tem cerca de 15, 16 anos de existência, então entendemos que é o momento de avançarmos nesse debate com toda a sociedade”, afirmou Ramalho.

O Comitê da Bacia Piancó-Piranhas-Açu foi criado por lei federal em 2006 e tem como atribuição gerir os recursos hídricos da bacia, que se estende desde a nascente do Rio Piancó, na Paraíba e seguindo até o Rio Grande do Norte, onde deságua na região de Macau.

A cobrança pelo uso da água bruta é um dos instrumentos de gestão estabelecidos pela Lei das Águas (Lei nº 9.433/97) e tem como objetivo incentivar o uso racional do recurso hídrico, além de arrecadar fundos para investimentos na bacia, como recuperação de matas ciliares, melhoria da qualidade da água e segurança de barragens.

O debate sobre a cobrança já ocorre há mais de cinco anos dentro do comitê, envolvendo diversas câmaras técnicas e segmentos da sociedade. A proposta passou por minuciosa análise da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI), composta por representantes de universidades, órgãos gestores estaduais da PB e do RN, além de membros da CAGEPA, CAERN e sociedade civil.

“Promovemos essas reuniões públicas exatamente para ampliar o debate e dar voz aos usuários da bacia. Sabemos que há muitas dúvidas e preocupações, e queremos garantir que todos os segmentos possam opinar e participar ativamente desse processo”, explicou Ricardo Ramalho.

A primeira reunião pública para discutir a implementação da cobrança foi realizada em 24 de janeiro em Assú/RN, reunindo produtores rurais e irrigantes da região. A segunda aconteceu nesta quarta-feira (12), em São Bento/PB, promovendo um debate enriquecedor entre diversos segmentos.

Agora, todas as sugestões e propostas apresentadas durante essas

reuniões serão consolidadas e levadas à plenária do comitê, marcada para o dia 11 de março durante a 32ª Reunião Ordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu em Pombal/PB. Na ocasião, os membros do colegiado deverão votar a minuta de deliberação que regulamenta a cobrança pelo uso da água na bacia.

Caso aprovada, a proposta será enviada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que fará a avaliação final. “O Conselho Nacional tem a prerrogativa de analisar os parâmetros definidos pelo comitê e verificar se estão adequados à realidade da bacia. Mas, via de regra, ele tem ratificado as decisões dos comitês, pois são eles que melhor conhecem a realidade hídrica local”, explicou Ramalho.

Se todos os trâmites forem cumpridos dentro do prazo esperado, a cobrança deverá entrar em vigor em janeiro de 2027.

Durante sua fala, Ricardo Ramalho enfatizou que a cobrança não deve ser vista apenas como um encargo adicional, mas sim como um mecanismo que trará benefícios para toda a bacia.

Ele citou que os recursos arrecadados serão reinvestidos na melhoria da qualidade da água, recuperação ambiental e ações de educação hídrica para a população.

“Temos rios assoreados, poluídos, com baixa qualidade de água, e sabemos que isso impacta diretamente os usuários, desde os irrigantes até as indústrias e a população em geral. A cobrança não resolverá todos esses problemas de uma vez, mas será um passo fundamental para garantir a sustentabilidade da nossa bacia a longo prazo”, afirmou o presidente do comitê.

Outro ponto ressaltado foi a necessidade de autonomia financeira do comitê. Atualmente, ele é sustentado por um contrato com a Agência Nacional de Águas, que será encerrado em agosto deste ano.

A partir desse momento, será necessário encontrar novas fontes de financiamento para manter as atividades do comitê



GALERIA DE IMAGENS

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH PPA EM CAICÓ/RN



Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio

Praça Dom José Delgado, 51 - A, 1º Andar -
Paraíba, Caicó/RN (no prédio da Rádio Rural)

Fone: (84) 3417-2948 - (84)9.8896-1840
(84)9.8896-1839

Diretoria

Presidente: Waldemir Fernandes de Azevedo
Vice-Presidente: José Procópio de Lucena
1º Secretário: Raimundo Inácio da Silva Filho
2º Secretário: Jacodemes Garrido de Sousa

Direção de Jornalismo e Produção

Jornalista responsável

Marcos Dantas